

Liminares mantêm puxadinhos

Fotos: Edilson Rodrigues/CB

O crescimento dos puxadinhos nas áreas comerciais do Plano Piloto coloca em risco até a segurança dos moradores. Com o surgimento de construções na parte de trás dos comércios, pequenos becos se formam. “Essas áreas são locais perfeitos para o esconderijo de bandidos. O comércio está um verdadeiro lixo, ninguém respeita mais nada”, reclama a dona-de-casa Dulce Siqueira, moradora da SQS 113 Sul. No comércio da quadra, praticamente todas as lojas ocuparam área pública. As construções não são padronizadas, têm tamanhos e materiais diferentes.

Segundo um levantamento realizado pelo governo em 2005, existem 96.924 m² de áreas públicas ocupadas irregularmente pelos comércios no Plano Piloto, o que representa 20% de todo o comércio da zona tombada. A maioria dos puxadinhos é autorizada por lei. Várias legislações distritais amparam as lojas que invadem área pública mediante o pagamento de uma taxa de ocupação, cujo valor máximo é de R\$ 46,15 por metro quadrado.

Mesmo quem está irregular consegue se manter na atividade. Há cerca de dois anos, o então governador de Brasília Joaquim Roriz lançou uma ofensiva contra os puxadinhos. A Secretaria de Fiscalização determinou a demolição de várias construções, mas os lojistas conseguiram liminares na Justiça, que os defendiam das derrubadas.

O Ministério Público do Distrito Federal tem cerca de 80 ações contra as ocupações nos comércios das asas Sul e Norte. O promotor de Defesa da Ordem Urbânica, Paulo José Leite, classifica o crescimento dos puxadinhos como uma “afrenta ao tombamento”. Ele garante que o MPDF quer participar do acordo entre o Iphan e o GDF para controlar as ocupações. “Esse é um tema que merece toda atenção da sociedade. Existe também a necessidade de conscientização do Poder Ju-



DULCE SIQUEIRA, MORADORA DA 113 SUL, RECLAMA: “O COMÉRCIO ESTÁ UM VERDADEIRO LIXO, NINGUÉM RESPEITA MAIS NADA”

diciário, para que não haja mais liminares que permitam a violação do tombamento da capital em benefício de poucos lojistas”, defende o promotor.

No plano original de Lúcio Costa para Brasília, a parte nobre das quadras comerciais seria aquela voltada para os prédios residenciais e não a face virada para a via, que deveria ser usada apenas para carga e descarga de mercadorias. Mas a destinação não pegou. No dia-a-dia dos brasilienses, a movimentação determinou a valorização das lojas. Hoje, um estabelecimento vale muito mais quando se comunica diretamente com a via de circulação de carros. E a parte de trás dos prédios, na maioria das vezes, fica abandonada.

INVASÃO

96.924 m²

de áreas públicas
são ocupadas
irregularmente por
comerciantes no
Plano Piloto, totalizando

20%

do comércio da
área tombada

Os moradores cobram uma solução rápida para o problema, mas têm consciência das dificuldades para voltar à concepção original do comércio, com a demolição de todas as invasões de áreas públicas. O Conselho Comunitário da Asa Sul aprovou em assembléia uma proposta para que os comerciantes possam usar até três metros de área na parte de trás das lojas. “É preciso ceder um pouco para encontrar uma saída para esse caos que está o comércio. Precisamos ser realistas para acabar com os abusos e com as lojas improvisadas, que enfeiam a cidade”, explica o presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Ricardo Pires.

Os comerciantes estão receo-

so com o perigo de demolições. O presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejista), Augusto Antônio de Moraes, defende a participação dos comerciantes durante o projeto. “Sou favorável a uma ação do governo para evitar os abusos, mas é preciso ouvir os empresários e os usuários do comércio. Não se pode engessar o comércio e as atividades econômicas. Os lojistas movimentam a economia da cidade”, defende Antônio Augusto. “Em alguns estabelecimentos, a área é de apenas 35 m², um espaço muito pequeno para qualquer atividade. Há muitos abusos, mas com bom senso podemos resolver o problema”, explica o presidente do Sindivarejista.